



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 6ª Reunião Extraordinária
Dia 29 de abril de 2016

Às 9h30 (nove horas e trinta minutos) do dia 29 de abril 2016 (vinte e nove de abril de dois mil e dezesseis) no Auditório Capiba - Edifício Sede da Prefeitura do Recife – 15º andar (Av. Cais do Apolo, 925, Bairro do Recife, Recife/PE), reuniu-se o Conselho da Cidade do Recife, sob a coordenação do seu presidente, Secretário de Planejamento Urbano: Antônio Alexandre da Silva Júnior. Estiveram presentes 27 (vinte e sete) conselheiros, dos quais, 14 (quatorze) titulares e 13 (treze) suplentes. Antônio Alexandre da Silva Júnior – SEPLAN, Norah Helena dos Santos Neves – SEPLAN, Sandra Marília Maia Nunes – SEMOC, Renata Lucena – SEHAB, Ana Cláudia Mota – SINFRA, Maria da Glória de Souza Brandão – SMAS, Jorge Araújo Lima – SFIN, Simone Vasconcelos – SESAN, Fernando José Mendes de Alcântara – ICPS, Johana do Carmo Mouco – URB Recife, Josineide da Silva Souza – Fórum do PREZEIS, Luciano de Paiva Ferreira – PREZEIS, Luciano Pinto – CONDEPE – FIDEM, Luciana de Carvalho Gomes – Caixa Econômica Federal, Maurício Pina – Grande Recife Consórcio de Transporte, Cristiano Felipe Borba do Nascimento – FUNDAJ, Gilzolene da Silva Amorim – FIJ, Maria Lucia da Silva – FIJ - Leonardo Antônio Cisneiros Arrais – D.U., Hermínio F. Silva Neto – SENGE, Severino José Souto Alves – SINTRACI, Sandro Ricardo Nascimento Guedes - ADEMI-PE, Paulo Monteiro – CDL, Sandra Pires Barbosa - OAB-PE, Márcio Barbosa Erlich - IAB/PE José Ricardo de Oliveira e Ronaldo Coelho Filho – HABITAT. Confirmado o quórum, o presidente declarou aberta a reunião, apresentando a pauta previamente divulgada - informes sobre: **instalação de três câmaras técnicas; convocação de Audiência Pública para apresentação da proposta do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, preparação da 6ª Conferência Municipal do Recife, assinatura da ata da 5ª reunião extraordinária do Conselho da Cidade, apresentação do Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais da Cidade do Recife pela EMLURB.** Iniciada a reunião, o presidente Antônio Alexandre (SEPLAN) informou que o conselheiro Leonardo Cisneiros (DU) tinha um ponto de pauta a apresentar. No momento, a coordenação da mesa sugeriu que os acréscimos à pauta fossem feitos ao final dos temas já apresentados, sugestão aceita pela plenária. Antônio Alexandre passou a palavra para a sua suplente, Norah Neves (SEPLAN) que detalhou a forma de organização das câmaras instaladas. Informou sobre a Audiência Pública do EIV, lembrando que as inscrições se encontram abertas até o dia 7 de maio de 2016. Informou que a Audiência Pública está marcada para o dia 12 de maio, na escola Paulo Freire, e que a metodologia de trabalho da Audiência foi aprovada pela Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente. Antônio Alexandre (SEPLAN) destacou que o tema a ser discutido na Audiência Pública é de grande importância para a cidade, merecendo um esforço de todos para mobilizar entidades e cidadãos (ãs) de ampliar e garantir a participação. Leonardo Cisneiros (DU) indagou sobre o procedimento de Consulta Pública online para o envio de propostas à Audiência do EIV, procedimento aprovado na última plenária do Conselho, pois, ainda não se encontram abertos nem no site do Conselho, nem do Instituto Pelópidas Silveira - ICPS. Sugeriu que poderia ser disponibilizado um e-mail para as pessoas se posicionarem e contribuírem com o tema da Audiência Pública. Norah Neves (SEPLAN) justificou que ainda não foi realizado por falta de condições técnicas.



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 6ª Reunião Extraordinária
Dia 29 de abril de 2016

Leonardo Cisneiros (DU) destacou que a divulgação para a Audiência Pública ainda não se encontra no site de comunicação da Prefeitura. O presidente justificou que a área de comunicação avaliou ser melhor divulgar quando o evento estivesse mais próximo, para que a notícia não seja esquecida pelos leitores. O conselheiro Ricardo (CENDHEC) comentou que a inscrição pode ser divulgada com antecedência, pois o tempo está reduzido. Antônio Alexandre (SEPLAN) enviará a questão para a área de comunicação, considerando as preocupações dos conselheiros. Quanto aos Informes da 6ª Conferência, foi apresentada a logomarca e o regimento, lembrando que este último foi enviado por e-mail para todos (as) os (as) conselheiros (as), devendo ser aprovado nesta reunião do Conselho. Sobre o Regulamento da 6ª Conferência, foi informado que a Comissão Preparatória está finalizando o texto, devendo ser divulgado na próxima reunião do Conselho. A título de esclarecimento, Norah Neves (SEPLAN) explicou que a Comissão Preparatória tem caráter deliberativo sobre algumas pautas. Sobre a logomarca, Severino José (SINTRACI) destacou que o comércio informal não está inserido no cenário da marca, sendo, em sua opinião, uma demonstração da falta de importância dada à questão. Antônio Alexandre (SEPLAN) explicou que a marca apresenta algumas questões importantes para a cidade, mas que nem todas estão contempladas. E propôs que essa leitura seja considerada para outras oportunidades. Maria Lúcia (MNLN) defendeu a decisão da comissão em aprovar a logomarca, justificando que a imagem deixam abordados os temas da 6ª Conferência. Sem mais questionamentos, a logomarca foi aprovada por todos (as). Norah Neves (SEPLAN) repassou a leitura do Regimento deixando clara a possibilidade de destaque para alguma modificação ao texto original. O conselheiro Hermínio Neto (SINTRACI) solicitou que no regimento, fossem incluídos os trabalhadores vinculados aos sindicatos. Esclareceu ainda, que a representação dos sindicatos na Comissão Preparatória, ainda se encontra em aberto, a qual será definida ao final da plenária. Norah Neves (SEPLAN) pôs o regimento em votação, sendo aprovado por unanimidade. Ainda sobre a 6ª Conferência, foi apresentado um formulário para os conselheiros registrarem seu interesse ou não de serem delegados. Não havendo questionamentos, foi concluída a pauta sobre a organização da 6ª Conferência. Nesse momento, o representante do SINTRACI apresentou a definição de representação do segmento na Comissão Preparatória, sendo o titular Severino José Souto Alves e o suplente Hermínio F. Silva Neto do SENGE. Ainda, para a Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade, a representação do SINTRACI foi substituída pela da SENGE. Assim, passou-se para o último ponto de pauta, a apresentação do Plano de Drenagem, feita pelo Engenheiro da EMLURB, Antônio Valdo. Antes de ser iniciada a apresentação, Norah (SEPLAN) informou que a Câmara Técnica de Saneamento, como também a de Patrimônio Histórico e Cultural, ainda não foram instaladas, mas que a de Saneamento deverá dar continuidade às discussões iniciadas no Conselho sobre o Plano de Drenagem. No momento da apresentação, Antônio Valdo (EMLURB) destacou entre outras questões a importância do Plano resultar em Projeto de Lei e o fato de atualizar o conceito de drenagem mudando de uma concepção higienista para uma ambientalista, de convivência com as águas. Concluída a apresentação, Antônio Alexandre (SEPLAN)

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones at the bottom.]



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 6ª Reunião Extraordinária
Dia 29 de abril de 2016

fez algumas considerações sobre o tema, ressaltando que o conteúdo do documento é muito extenso, rico e detalhado e que permitirá uma diversidade grande de soluções. Enfatizou ser um material excelente para embasar outras discussões, sobretudo nas Câmaras Técnicas. Reafirmou que o propósito dessa apresentação é organizar a discussão que deve ser aprofundada na Câmara Técnica de Saneamento, onde permitirá a formulação de ajustes e outras proposições para a elaboração de propostas para a cidade. Abriu o debate para os (as) conselheiros (as) solicitando que fossem definidos os encaminhamentos para a continuidade dessa discussão. Leonardo Cisneiros (DU) destacou que muitos documentos já produzidos podem ser divulgados para a cidade. Fez referência à quantidade de remoções previstas e acredita que esse dado pode ser mais debatido. Questionou se existe na Prefeitura um plano de realocação para atuar de forma conjunta com as intervenções de desapropriações. Destacou que no Código Florestal aprovado recentemente, há o precedente de permitir o assentamento de populações de interesse social em Área de Preservação Permanente – APP. Destacou a importância da articulação do Plano de Drenagem com o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PHLIS. Maria Lúcia (MNLN) enfatizou que gostou do Plano, mas que tem dúvida quanto à execução. Chamou atenção para a quantidade de indenizações que deverão ser pagas aos moradores da região. Reforçou que as intervenções do Plano devem estar associadas às de habitação. Fez referência à possibilidade de viabilizar meios para o diálogo com a população diretamente afetada. Relembrou que, há décadas, o poder público não enfrenta o problema de moradias em áreas de risco de desabamento. Há muitas famílias em auxílio moradia, além de situações de novas ocupações em locais impróprios para moradia. Enfatizou que a EMLURB não trabalha de forma integrada com as outras secretarias. Como também não há integração com municípios da região metropolitana para o enfrentamento de problemas que afetam a todos. Exemplificou o problema do lixo como consequências para a saúde, pois evidencia a falta de educação ambiental para a redução e descarte de resíduos em lugar adequado. Concluiu, dizendo, que o problema do lixo também deve ser enfrentado com fiscalização e multa. Márcio Erlich (IAB/PE) realçou a necessidade de integração entre as ações decorrentes do Mapeamento de Áreas Críticas e o Projeto Parque Capibaribe pela interface com o Plano de Drenagem, além dos impactos sobre o Plano Local de Habitação de Interesse Social. Fez referência ao diálogo entre a Prefeitura e as instituições sociais que não acontece de forma tranquila, sendo necessário melhorar, sobretudo, quando se trata de ações que afetam interesses diretos da população. Hermínio Neto (SENGE) também destacou que é importante considerar a construção de habitação de interesse social associada às remoções. Defendeu que as posturas de especulação para as pessoas de baixa renda é uma exceção, pois há um déficit habitacional para esse contingente populacional. Argumentou que as margens de rios são muitas vezes do interesse do capital imobiliário e que essa discussão precisa ser conduzida pelo poder público de modo mais cuidadoso. Luciano Pinto (CONDEPE/FIDEM) cumprimentou o conselho pela apresentação do Plano de Drenagem, por ser um tema de grande interesse para a cidade. Lembrou que em 1982 foi construído o Plano de Macro Drenagem da Cidade



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 6ª Reunião Extraordinária
Dia 29 de abril de 2016

do Recife e indagou se esse trabalho feito anteriormente foi aproveitado nos estudos atuais. Convidou, ainda, o representante da EMLURB para fazer uma apresentação do Plano, na Agência CONDEPE/FIDEM. Sandro Guedes (ADEMI) perguntou sobre a integração do Plano de Drenagem com os outros Planos, tais como o de Mobilidade e Habitação. Questionou se existe na Prefeitura algum secretário que gerencie a integração desses planos. Acredita que, quando o Plano for legalizado no formato de lei específica, será de grande força para a cidade. Contudo, tem que se observar a articulação com o Plano Diretor, que é o de maior importância para cidade, para não gerar engessamento nas ações. Exemplificou o Plano do Jiquiá, que só será aprovado se as ações mitigadoras forem implantadas. Destacou que as remoções são ações que ficaram no passado e as propostas devem ser pensadas mediante operações definidas no Plano Habitacional. Destacou que a ADEMI tem dificuldade de aprovar seus projetos, pois a lei é rígida, sobretudo com as questões ambientais. Com relação ao projeto do shopping Center na área do Jiquiá, este só será licenciado se atender às medidas de compensação ambiental pelo uso de área de PPA. Simone (SESAN) elogiou a apresentação do representante da EMLURB e convidou-o para apresentar o Plano de Drenagem na Secretaria de Saneamento. Informou que foi aprovada a lei de Saneamento Integrado 12.208/2015, que respalda intervenções de forma unida e que prioriza a questão habitacional. Disse que até o final do ano a SESAN entregará 958 unidades habitacionais, adequadas aos padrões de acessibilidade e de inclusão social estabelecidos em lei. Destacou que a grande dificuldade desse trabalho é manter as famílias nas novas unidades habitacionais. Para isso, há um trabalho social, de educação ambiental e sanitária para que as pessoas permaneçam no local. Argumentou que se esse trabalho for realizado de forma integrada, potencializada pelas ações do poder público. Reforçou sobre a importância de o Plano resultar em lei para garantir a permanência das ações. Antônio Alexandre (SEPLAN) enfatizou a importância do acompanhamento desse trabalho pelo Conselho da Cidade pela abrangência e diversidade de sua representação. Ressaltou a relevância da integração das ações e que no processo de elaboração, muitas questões metodológicas atendem a contratos com objetos distintos. Afirmou que a gestão vem fazendo um esforço interno para integrar áreas que culturalmente foram tratadas separadamente. Para isso, tem-se um Comitê Gestor de Planejamento Urbano que se propõe a estimular o processo de integração. Há a orientação de se constituir equipes multidisciplinares para o acompanhamento no processo de elaboração desses planos. Concluiu dizendo que todos os projetos que atualmente estão sendo elaborados: Plano de Drenagem; Parque Capibaribe; Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS e Mapeamento de Áreas Críticas deverão ser tratados de forma integrada, onde o Conselho da Cidade traz o aporte da participação para a construção das políticas públicas. Esclareceu ainda que a planilha de desapropriação apresentada é uma estimativa, pois não se tem projetos executivos para a área. Norah Neves (SEPLAN) esclareceu que o processo de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social se encontra em fase inicial. Sua metodologia foi apresentada na Câmara de Habitação e que o diagnóstico está sendo refeito. O PLHIS deverá prever áreas para reassentamento. Concluiu



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 6ª Reunião Extraordinária
Dia 29 de abril de 2016

expondo que todos esses instrumentos serão revistos no Plano de Ordenamento Territorial - POT, que integrará as intervenções decorrentes dos planos em elaboração. Finalizado o debate sobre o Plano de Drenagem, Norah Neves (SEPLAN) sugeriu que se instalasse a Câmara Técnica de Saneamento. Antônio Alexandre sugeriu que a Câmara ampliasse sua participação dada à importância do tema. Pois, no momento, tem-se apenas 5 (cinco) representações, somando-se o poder público, entidades profissionais e ONG. A participação na Câmara poderá atingir até 9 (nove) representantes, ficando em aberto para a designação de mais 4 (quatro) participantes. Antes de finalizar a reunião do Conselho, Antônio Alexandre passou a palavra para Antônio Valdo a fim de responder aos questionamentos feitos pela plenária. Antônio Valdo justificou, em referência ao questionamento de Luciano Pinto (CONDEPE/FIDEM), que todos os planos produzidos anteriormente foram considerados para elaboração do atual. Destacou que, sobre as preocupações de integração das ações, há a recomendação dos projetos executivos serem elaborados com soluções integradas, que o Plano deve ser adotado e defendido por toda a cidade. Antônio Alexandre (SEPLAN) ressaltou que a EMLURB tomou a iniciativa de repassar o Plano para a SEPLAN, objetivando abrir o debate com o Conselho e Câmaras. Agradeceu a presença da EMLURB e da ABF, empresa responsável pela elaboração do Plano de Drenagem. No momento, o representante da empresa ABF se pronunciou explicitando de forma sintética o currículo da empresa. Destacou que, com relação à relocação de habitação, há estudos para considerar as situações críticas, que de fato afetam o leito do rio. Finalizada a reunião, foi aberto espaço para novos informes: Glória Brandão, da SMAS, informou sobre o aniversário de 1 (um) ano do Eco Núcleo da Jaqueira, no próximo dia 30 de abril de 2016, quando haverá várias atividades comemorativas e de educação ambiental. Paulo Monteiro (CDL) pediu a palavra para elogiar os investimentos da gestão com planos estruturadores, que pensam a cidade do futuro, além de possibilitar a participação de vários atores da sociedade civil no acompanhamento das ações. Norah Neves (SEPLAN) informou que em maio, haverá a reunião ordinária do Conselho. Finalizado os informes, o Presidente encerrou a plenária e, não tendo mais nada a tratar, eu, Socorro Cavalcanti lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 29 de abril de 2016.

Antônio Alexandre da Silva Júnior - SEPLAN (Titular) _____

Norah Helena dos Santos Neves - SEPLAN (Suplente) _____

Sandra Marília Maia Nunes - SEMOC (Suplente) _____

Renata Lucena - SEHAB (Titular) Renata Lucena _____

Ana Cláudia Mota - SISUR (Suplente) Ana Cláudia Mota _____

Maria da Glória de Souza Brandão - SMAS (Suplente) _____



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 6ª Reunião Extraordinária
Dia 29 de abril de 2016

Jorge Araújo Lima - SEFIN (Suplente) _____

Simone Vasconcelos - SESAN (Suplente) Simone Vasconcelos

Fernando José Mendes de Alcântara - ICPS (Suplente) _____

Johana do Carmo Mouco - URB Recife (Titular) _____

Josineide da Silva Souza - Fórum do PREZEIS (Titular) _____

Luciano de Paiva Ferreira - Fórum do PREZEIS (Suplente) _____

Luciano Pinto - CONDEPE/FIDEM (Titular) _____

Luciana de Carvalho Gomes - CAIXA (Suplente) Luciana de Carvalho Gomes

Maurício Pina - Grande Recife Consórcio de Transporte (Titular) Maurício Pina

Cristiano Felipe Borba do Nascimento - FUNDAJ (Suplente) Cristiano Felipe Borba do Nascimento

Gilzolene da Silva Amorim - FIJ (Titular) _____

Maria Lúcia da Silva - FIJ (Suplente) Maria Lúcia da Silva

Leonardo Antônio Cisneiros Arrais - D.U. (Titular) Leonardo Cisneiros

Hermínio F. Silva Neto - SENGE (Titular) _____

Severino José Souto Alves - SINTRACI (Titular) _____

Sandro Ricardo Nascimento Guedes - ADEMI/PE (Suplente) Sandro Ricardo Nascimento Guedes

Paulo Monteiro - CDL (Titular) _____

Sandra Pires Barbosa - OAB/PE (Titular) Sandra Pires Barbosa

Márcio Barbosa Erlich - IAB/PE (Titular) _____

José Ricardo de Oliveira - CENDHEC (Suplente) _____

Ronaldo Coelho Filho - HABITAT (Titular) _____